



ESTADO DE ALAGOAS
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL
GABINETE DO DEPUTADO BRUNO TOLEDO
Palácio Tavares Bastos
Praça D. Pedro II, s/nº - Centro - Maceió-Alagoas - CEP: 57020-900
CNPJ nº 12.343.976/0001-46

PARECER Nº 781/2017.

DA 2ª COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO.

Processo de nº 2623/2016

Relator: Deputado Bruno Toledo

Em mãos para relatar o Projeto de Lei nº 327/2016 de autoria do Deputada Jô Pereira que “PROIBE A QUEIMA DE PNEUS E OUTROS OBJETOS CORRELATOS QUE CAUSEM PREJUÍZOS A SAÚDE, AO MEIO AMBIENTE E QUE OCASIONE DANA A VIAS URBANAS E RURAIS E A LIBERDADE DE IR E VIR COMO UM DIREITO FUNDAMENTAL DO CIDADÃO PRINCIPALMENTE EM MANIFESTAÇÕES PÚBLICAS EM QUALQUER LUGAR DO ESTADO”. O projeto sob exame tem por objetivo regulamentar o direito de manifestações assim como assegurar o direito de ir e vir de outros cidadãos que destas não estejam participando

Do ponto de vista que nos compete examinar verifica-se que o mesmo apresentaria, em seu artigo 1º, o desejo de assegurar a todo cidadão seu direito de ir e vir sem que este seja violado por qualquer tipo de manifestação, seja ela pública ou privada mas também sem negar o direito àqueles que desejam expressar suas opiniões.

Imagine-se que se aprovado o presente Projeto de Lei com redação originária o tema principal a ser discutido será confundido com outras questões que devem ser tratadas de forma separada, como o meio ambiente. Acredito que o debate não é sobre proteção ao meio ambiente, que já está suficientemente tratado na Lei dos Crimes Ambientais (Lei nº 9.605/1998). Aliás, tal lei tem diversos dispositivos que criminalizam a conduta de queimar materiais cuja queima seja poluidora, senão vejamos alguns:

Art. 54. Causar poluição de qualquer natureza em níveis tais que resultem ou possam resultar em danos à saúde humana, ou que provoquem a mortandade de animais ou a destruição significativa da flora:

Pena - reclusão, de um a quatro anos, e multa.

§ 1º Se o crime é culposo:

Pena - detenção, de seis meses a um ano, e multa.



ESTADO DE ALAGOAS
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL
GABINETE DO DEPUTADO BRUNO TOLEDO
Palácio Tavares Bastos
Praça D. Pedro II, s/nº - Centro - Maceió-Alagoas - CEP: 57020-900
CNPJ nº 12.343.976/0001-46

§ 2º Se o crime:

- I - tornar uma área, urbana ou rural, imprópria para a ocupação humana;
 - II - causar poluição atmosférica que provoque a retirada, ainda que momentânea, dos habitantes das áreas afetadas, ou que cause danos diretos à saúde da população;
 - III - causar poluição hídrica que torne necessária a interrupção do abastecimento público de água de uma comunidade;
 - IV - dificultar ou impedir o uso público das praias;
 - V - ocorrer por lançamento de resíduos sólidos, líquidos ou gasosos, ou detritos, óleos ou substâncias oleosas, em desacordo com as exigências estabelecidas em leis ou regulamentos:
- Pena - reclusão, de um a cinco anos.

Art. 56. Produzir, processar, embalar, importar, exportar, comercializar, fornecer, transportar, armazenar, guardar, ter em depósito ou usar produto ou substância tóxica, perigosa ou nociva à saúde humana ou ao meio ambiente, em desacordo com as exigências estabelecidas em leis ou nos seus regulamentos:

Pena - reclusão, de um a quatro anos, e multa.

§ 1º Nas mesmas penas incorre quem abandona os produtos ou substâncias referidos no *caput*, ou os utiliza em desacordo com as normas de segurança.

§ 1º Nas mesmas penas incorre quem: (Redação dada pela Lei nº 12.305, de 2010)

I - abandona os produtos ou substâncias referidos no *caput* ou os utiliza em desacordo com as normas ambientais ou de segurança; (Incluído pela Lei nº 12.305, de 2010)

II - manipula, acondiciona, armazena, coleta, transporta, reutiliza, recicla ou dá destinação final a resíduos perigosos de forma diversa da estabelecida em lei ou regulamento. (Incluído pela Lei nº 12.305, de 2010)

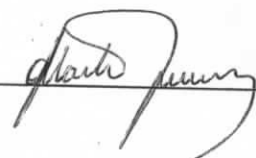
Portanto, damos parecer favorável ao projeto de lei, caso a mudança na redação inicial seja aceita, *concordância*.


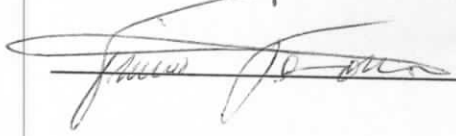

É o parecer.

SALA DAS COMISSÕES DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL, em
Maceió, 06 de setembro de 2017


PRESIDENTE


DEPUTADO BRUNO TOLEDO





ESTADO DE ALAGOAS
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL
GABINETE DO DEPUTADO BRUNO TOLEDO
Palácio Tavares Bastos
Praça D. Pedro II, s/nº - Centro - Maceió-Alagoas - CEP: 57020-900

EMENDA MODIFICATIVA Nº ____ AO PROJETO DE LEI Nº 327 DE 2016

APRESENTA EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI QUE PROÍBE A QUEIMA DE PNEUS E OUTROS OBJETOS CORRELATOS QUE CAUSEM PREJUÍZOS A SAÚDE, AO MEIO AMBIENTE E QUE OCASIONE DANA AS VIAS URBANAS E RURAIS E A LIBERDADE DE IR E VIR COMO UM DIREITO FUNDAMENTAL DO CIDADÃO PRINCIPALMENTE EM MANIFESTAÇÕES PÚBLICAS EM QUALQUER LUGAR DO ESTADO

Art.1º. Modifica o Projeto de Lei de número 327 de 2016 em seu Artigo 1º, passando este a contar com a seguinte redação:

Art.1º. É vedado em todo território do Estado de Alagoas, o exercer o direito de manifestação, se quando de qualquer modo este vier a violar o direito constitucional de ir e vir de outro cidadão, seja tal manifestação de foro público ou privado.

Parágrafo único. Fica igualmente vedado o exercício do direito de manifestação que leve ao fechamento, bloqueio ou interdição, total ou parcial, de quaisquer vias de terrestres, definida na legislação de trânsito nacional, salvo autorização prévia do ente do Poder Público competente para a gestão da via que se pretende fechar, bloquear, ou interditar.

Sala das Sessões Legislativas da Assembleia Legislativa, Maceió, 06 de setembro de 2017.

2 4- Toledo
BRUNO ALBUQUERQUE TOLEDO

COMISSÃO
SOMOS PELA APROVAÇÃO DA PRESENTE EMENDA
MACEIÓ 20/12/17



ESTADO DE ALAGOAS
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL
GABINETE DO DEPUTADO BRUNO TOLEDO
Palácio Tavares Bastos
Praça D. Pedro II, s/nº - Centro - Maceió-Alagoas - CEP: 57020-900

JUSTIFICATIVA

O propósito do projeto é fazer com que todo cidadão possa desfrutar de um direito constitucional que lhe é oferecido, direito este que não pode ser violado por qualquer outro cidadão seja qual for o motivo de exigência pretendido por este, haja vista que existem outros modos de manifestar seus interesses sem que a população seja prejudicada no seu livre direito de ir e vir.

Vale salientar que o direito de ir e vir é um dos mais nobres e apreciados presentes em nossa Constituição Federal.

Para que o propósito de tal projeto não se confunda com outros, tal como o que se refere a direito ambiental citado no texto inicial, fica o artigo voltado a tratar apenas da matéria principal do projeto.

Sala das Sessões Legislativas da Assembleia Legislativa, Maceió 06 de setembro 2017.

B. A. Toledo

BRUNO ALBUQUERQUE TOLEDO